

As representações de classe operária na produção acadêmica brasileira.

Um balanço das décadas de 1960 e 1970

The working class representations in the Brazilian academic production.

An evaluation of the 1960s and 1970s

*Igor Guedes Ramos**

RESUMO

A produção acadêmica das décadas de 1960 e 1970, que se dedica ao estudo da classe operária brasileira, traz consigo as expectativas de futuro de seus estudiosos. Logo, o passado aparece como prenúncio do que virá segundo representações de mundo, de história e da classe operária. Essas representações, por um lado, se constituem historicamente por meio da incorporação das configurações socioculturais; e, por outro lado, se manifestam como matrizes da prática e do discurso acadêmico, estabelecendo os campos teóricos de interpretação da classe operária brasileira. A partir desta perspectiva, relacionamos interpretações de parte da produção acadêmica dessas décadas (de 1960 e 1970) com as condições socioculturais do país e com a dinâmica interna do campo de produção acadêmico, buscando compreender suas práticas e representações.

PALAVRAS-CHAVE: representações; práticas; discursos; classe operária; produção acadêmica.

ABSTRACT

The academic production of the 1960's and 1970's, which is devoted to the study of the Brazilian working class, brings with itself the futures expectations of their specialists. Therefore, the past appears as sign of what will come according to world representations, of history and of the working class. Those representations, on one side, are constituted historically, through the incorporation of the sociocultural configurations; and, on the other hand, they show as producers of the practice and of the academic speech, establishing the theoretical fields of interpretation of the Brazilian working class. Starting from this perspective, we related interpretations of part of the academic production theses years with the sociocultural conditions of the country and with the internal dynamics of the academic production field, looking for understand their practices and representations.

KEYWORDS: representations; practical; discourse; working class; academic production.

Desde o início de sua formação, ainda no século XIX, a classe operária brasileira foi tema da fala de diversos grupos socioculturais. Por volta de 1960, foi adotada também como objeto de estudo por acadêmicos brasileiros. Ao longo dos anos, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, entre outros, empreenderam pesquisas e produziram textos sobre o assunto. Logo, surgiram distintas formas de interpretação do objeto e controvérsias teórico-metodológicas, que muitas vezes foram relacionadas aos desdobramentos políticos e socioeconômicos ocorridos no país.

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Brasil.

Em nossa perspectiva, para pensarmos essas distintas formas de interpretação é preciso analisar as representações de mundo, mais especificamente, de classe operária e de história, presentes na referida produção acadêmica. Compreender como essas representações, por um lado, se constituíram historicamente e, por outro lado, como estabeleceram o campo teórico de compreensão de configurações sociais e trouxeram consigo expectativas de futuro, nas quais o passado, representado nos textos, aparece como prenúncio do que virá.

Dotar a palavra “representação” de um valor conceitual, ou como categoria fundamental de interpretação, requer algum esforço reflexivo. Uma vez que esta apresenta uma pluralidade de significados historicamente constituídos e, ainda, quando utilizada pelas ciências humanas, aparece mergulhada em um oceano de noções; lado a lado a conceitos como, por exemplo, ideologia, mentalidade, visão de mundo, imaginário, etc., e construções teóricas, muitas vezes conflitantes (Cf. PESAVENTO, 1995: *passim*).

Na perspectiva de Roger Chartier (Cf. CHARTIER, 1990, 1991, 1994: *passim*) as representações são “dispositivos mentais estáveis” de classificações e de percepções (estabelecimento de limites, de posições, distinções, julgamentos, etc.), partilhadas por um determinado grupo de indivíduos, que organiza a apreensão e inteligibilidade do real desse grupo. Apesar de ambicionarem a universalidade e a racionalidade, as representações correspondem a um determinado lugar sociocultural.¹ Destarte, muitas vezes estão em concorrência entre si por legitimidade, da mesma forma que os grupos socioculturais que as forjam estão em concorrência entre si por melhores posições na sociedade. Ainda, as representações são constituídas historicamente, isto é, no decorrer do tempo, um determinado grupo sociocultural (por meio de suas próprias representações e práticas) se apropria de outras representações e práticas, forjando “novas” representações que serão matrizes de “novas” práticas e “novos” discursos.

Portanto, essa noção de representação rompe com a distinção entre

¹ Entendemos que um determinado lugar sociocultural é formado por um grupo de indivíduos que, geralmente, compartilham as mesmas características profissionais e econômicas, mas também compartilham as mesmas representações de mundo, práticas, discursos e posturas em relação a outros grupos de indivíduos. O lugar sociocultural se constitui historicamente e impõe condições socioculturais (profissionais, econômicas, representações, práticas, etc.) aos seus participantes.

estruturas objetivas e representações subjetivas. Pois, a estrutura sociocultural está incorporada nas representações de cada grupo; estas são matrizes de discursos e práticas, ou seja, comandam atos que têm por objetivo construir o mundo social. Daí, é possível articular essa noção de representação com o “modelo interpretativo” de Michel de Certeau (Cf. CERTEAU, 2002: 65-119). Já que este, ao analisar a produção acadêmica, verifica o “não dito”, o que não se manifesta claramente no discurso historiográfico, a saber; o lugar na estrutura sociocultural que os historiadores (ou acadêmicos) ocupam. Constituídas de acordo com um determinado lugar acadêmico, as representações tornam-se matrizes de uma determinada prática e escrita acadêmicas. A prática diz respeito às normas de pesquisa, ao modelo interpretativo, ao método e fontes pesquisadas, às temáticas e objetos, etc.; e a escrita diz respeito à narrativa, à inteligibilidade dada aos recortes documentais e manifesta um sentido para a história.

A relação que o lugar (ou campo) da produção acadêmica mantém com os outros lugares socioculturais permite, incentiva, proíbe, legitima, autoriza, etc. sua produção. Isto é, o estatuto e o volume do público consumidor (letrado, massificado, somente os pares, somente estudantes, etc.) da produção acadêmica, a situação socioeconômica do país, as liberdades civis, a valorização do profissional acadêmico, etc. influenciam e, muitas vezes, determinam o modo de trabalhar (as práticas) e o discurso (a escrita) da produção acadêmica. A produção acadêmica brasileira, por exemplo, sempre manteve uma relação de interferência com o lugar da produção política:

Nem o Estado Novo de Getúlio Vargas, nem mesmo o Estado autoritário dos militares deixaram de tentar cooptá-los [os intelectuais] ou, em todo caso de levá-los em conta. E mais ainda: em todas as épocas, ou quase, os governantes parecem querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com frequência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado. (PÉCAUT, 1990: 10)

Segundo Michel de Certeau, a “prática” historiografia (ou acadêmica) transforma, obedecendo a um código específico do seu lugar sociocultural, a “matéria-prima” (elementos naturais) em “produto normatizado” (elementos culturais). Isto é, transforma os arquivos, as curiosidades, as coleções, a memória, etc. em história. Ainda, é como uma “prática do desvio”, ou seja, é a tentativa do historiador de “preencher” as lacunas dos modelos anteriores, de analisar as especificidades que as interpretações anteriores não dão conta. Esse

“desvio” se apóia no “lugar” da produção historiográfica, nas condições socioculturais contemporâneas à produção, nos arquivos disponíveis, nos meios de pesquisa, etc. (Cf. CERTEAU, 2002: 77-80).

Por fim, segundo Michel de Certeau, a “escrita” historiográfica (ou acadêmica), por sua vez, busca preencher as lacunas da pesquisa, dar uma inteligibilidade aos recortes documentais, proporciona uma inversão do tempo da “prática”. Pois, o tempo da pesquisa vai do presente para o passado, o tempo do discurso vai do passado para o presente:

Quer participe (ou não) de uma temática do progresso, faça drenagem das longas durações ou conte uma seqüência de “episteme”, enfim, qualquer que seja o seu conteúdo, a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos). O presente, postulado do discurso, torna-se a renda da operação escrituraria: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto. (Ibidem: 97-98)

A escrita historiográfica é um discurso de sentido, possui uma cronologia que, por um lado, demarca uma “origem” e, por outro lado, visa o presente, permitindo que a atualidade exista no tempo. Destarte, o discurso historiográfico, ao representar o passado, significa o presente e projeta o futuro, tecendo um sentido para a história. Por exemplo, a concepção marxista-leninista, bastante difundida entre os intelectuais brasileiros da década de 1960 e 1970, produz um determinado sentido à história, com caráter positivo, que estabelece o progresso irremediável da produção e, conseqüentemente, da consciência humana. Na perspectiva de Cornelius Castoriadis, o sentido da história nessa vertente da concepção materialista da história, é explicado da seguinte forma:

Existe uma dialética da história que faz com que os pontos de vista sucessivos das diversas épocas, classes, sociedades, mantenham entre si uma relação definida (mesmo se muito complexa). Eles obedecem a uma ordem, formam um sistema que se desdobra no tempo, de maneira que o que vem depois ultrapassa (suprime conservando) o que estava antes. O presente compreende o passado (como momento “superado”) e por isso pode compreendê-lo melhor do que esse passado se compreendia a si mesmo. Essa dialética é, em sua essência, a dialética hegeliana; o que era para Hegel o movimento do logos, torna-se em Marx o desenvolvimento das forças produtivas e a sucessão de classes sociais que marca suas etapas não tem, em relação a isto, nenhuma importância. [...] esta dialética é a dialética da aparição sucessiva de diversas classes na história, ela não é mais, necessariamente, infinita de direito; ora, a análise histórica mostra que ela pode e deve completar-se com o aparecimento da ‘última classe’, o proletariado. (CASTORIADIS, 1982: 49)

Para Marx e Engels (Cf. MARX; ENGELS, 2007: passim), em linhas gerais,

a história dos homens começa quando estes em conjunto passam a produzir seus viveres. Isto é, para atender as necessidades básicas (alimento, moradia, vestimentas, etc.) formam-se relações sociais entre os homens, que permitem o desenvolvimento das forças produtivas (capacidade de produção, domínio sobre a natureza, desenvolvimento tecnológico, matérias-primas utilizáveis, etc.). Depois de atendidas as necessidades básicas, surgem novas necessidades e as forças produtivas e as relações sociais se desenvolvem.

Desta maneira, a produção e a reprodução da vida humana, inicialmente, requerem uma cooperação “simples” entre os indivíduos. Posteriormente, ocorre o aumento da população, novas necessidades surgem, novos objetos são incorporados ao ambiente, novas relações entre os indivíduos e entre estes e a natureza são constituídas, gerações de homens se sucedem e a experiência humana se acumula; levando a sociedade a um outro estágio socioeconômico mais desenvolvido. É por isso que na concepção materialista da história, a história da humanidade pode ser dividida em estágios de desenvolvimento, ou seja, em modos de produção: comunista primitivo (ou tribal), antigo, feudal, capitalista e comunista. Para ocorrer a Revolução que transforma um modo de produção em um mais evoluído, é necessário o desenvolvimento das forças produtivas (ou da estrutura socioeconômica) e a constituição de uma massa revolucionária (ou a ação dos atores sociais). Na passagem do capitalismo para o comunismo (último estágio de desenvolvimento humano), a massa revolucionária é a classe operária, ou seja, no modo de produção capitalista a classe operária possui um imenso potencial de transformação social. Como veremos, é possível apontar sentidos análogos presentes na produção acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, sobre a classe operária.

Tanto o interesse inicial dos acadêmicos brasileiros pela classe operária, quanto às distintas formas de interpretação do tema, estão relacionados às mudanças ocorridas na sociedade brasileira e no próprio ambiente acadêmico. Os desdobramentos políticos e socioeconômicos, a apropriação da concepção materialista da história como paradigma teórico, as práticas da classe operária, as práticas intelectuais, etc. são algumas das variáveis que nos ajudam a compreender as representações presentes na produção acadêmica dessas décadas.

Conforme indica Leandro Konder (Cf. KONDER, 2003: 355-374), quando

se iniciou a década de 1950 não existiam indícios, ou mesmo expectativas, de grandes mudanças no Brasil. O passado parecia se repetir e as poucas mudanças eram lentas e nada substanciais: Getúlio Vargas voltava ao poder pela via democrática, 64% da população permanecia no campo, mesmo nas grandes cidades não existiam supermercados, o rádio não temia a concorrência da televisão, os raros automóveis eram importados dos Estados Unidos, muitos colégios recusavam o sistema misto, enfim, a modernidade parecia distante.

Contudo, segundo o autor, ao longo da década as expectativas mudaram. Os operários questionaram a liderança getulista e introduziram direções comunistas nos sindicatos “estatizados”, foram organizadas as primeiras Ligas Camponesas, tanto os setores de direita quanto de esquerda se radicalizaram. Após o polêmico suicídio de Vargas, Juscelino Kubitschek (eleito democraticamente) promoveu o desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”: Foram criadas a Petrobrás e a indústria automobilística, foram concedidos aumentos significativos ao salário mínimo, ascendeu a participação das mulheres no mercado de trabalho, o consumo em geral e de eletrodomésticos cresceu enormemente, surgiram o “cinema novo” e a “bossa nova”, Brasília foi criada e se tornou capital da República, terminada a década de 1950, 45% da população estava nas cidades. Em dez anos, a modernidade já não estava tão distante.

Tais fatos não passaram despercebidos aos olhos dos intelectuais brasileiros, que logo produziram outros modelos interpretativos para compreenderem e, até mesmo, conduzirem as rápidas e amplas mudanças ocorridas na sociedade brasileira durante os anos 50, como assinala Maria Célia Paoli e seus colegas de pesquisa:

Nos anos 50, constituiu-se uma corrente teórica que aborda a dinâmica da sociedade brasileira vista com um processo de modernização, como passagem do mundo rural tradicional para o urbano-industrial. Tratava-se da formulação acadêmica de um momento vivido como transição. A sociologia dava forma à percepção de um Brasil que havia ficado para trás após o reinado getulista, onde a industrialização e a urbanização aceleradas já eram visíveis e a mudança social aparecia como inevitável. [...] A evidência de um Brasil moderno conduzia este esforço de pensar as condições de implantação desta modernidade e o conjunto de processo que adaptariam as populações a elas. (PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 133-134)

A partir dessa outra perspectiva, os intelectuais passaram a se interessar pelas forças sociais emergentes, capazes de transformar a sociedade brasileira

(Cf. *Ibidem*: 134). Com a rápida industrialização e o aumento da intensidade dos movimentos operários, a classe operária apareceu como uma das principais forças transformadoras (Cf. SANDOVAL, 1994: 33-52). E foram os sociólogos e cientistas políticos da Universidade de São Paulo (USP), os primeiros acadêmicos brasileiros a transformarem o interesse pelo tema em produção acadêmica.

Na década de 1950, o departamento de Sociologia e Antropologia da USP tinha como característica o rigor científico e a tendência de separar a produção acadêmica e o engajamento político (Cf. PÉCAUT, 1990: 211-217). Nas palavras de Florestan Fernandes: “Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo” (FERNANDES, 1980 apud *Ibidem*: 212). Em outra passagem, ao tratar de questões políticas contemporâneas, reafirma essa distinção:

Não pretendemos, porém, falar em nome da sociologia, nem na qualidade de sociólogo propriamente dita. Isto nos obriga a não lançar mão de juízos de valor, pois mesmo no exame dos problemas que caem na esfera da ação, os sociólogos procuram manter-se tão isentos quanto possível. (FERNANDES, 1980 apud *Ibid.*: 213)

Fernandes –titular da cátedra I de sociologia² e principal mentor dessa postura– procurou normatizar a produção acadêmica e dar fim ao antigo “ensaísmo”. Para isso, combinou pesquisa empírica com teoria sociológica e propôs estudos específicos, em vez de grandes interpretações da realidade brasileira.³ Essa atitude intelectual “estava inteiramente voltada para a justificação da sociologia como uma ciência autônoma, dotada de um objeto e de um método próprios” (FREDERICO, 1995: 209). Nesse momento, suas referências teóricas incluíam, fundamentalmente, Émile Durkheim (1858-1917), Karl Mannheim (1893-1947) e Max Weber (1864-1920), o que favoreceu a distinção entre produção científica e produção política: “Basta lembrar aqui a afirmação durkheimiana segundo a qual os fatos sociais devem ser explicados

² O sistema de cátedras favoreceu a coesão intelectual e institucional entre os professores e seus discípulos. Já que, os titulares das cátedras –primeiros na hierarquia acadêmica– detinham legitimidade para impor os grandes temas e o campo teórico-metodológico das pesquisas que seriam empreendidas pelos escalões inferiores. (Cf. *Ibidem*: 214-215 & SORJ, 2001: 13-16)

³ Segundo Daniel Pécaut, isso se manifesta, por exemplo, nos estudos a respeito da população negra no Brasil, realizados por Fernandes e seus alunos, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. O mesmo ocorreu com os estudos sobre o movimento messiânico no Contestato de Maria Isaura Pereira de Queiroz, aluna de Fernando de Azevedo, titular da cátedra II de sociologia da USP. (Cf. PÉCAUT, 1990: 215)

através de outros fatos sociais, isto é, sem a necessidade de se recorrer a outras instâncias (economia, política, psicologia, etc.)” (Ibidem: 209).

Nesse sentido, a intenção de separar a produção acadêmica e o engajamento político, possuía maior relação com a vontade de rigor científico, do que com a vontade de assepsia política. Isto é, existia a intenção de construir um lugar próprio para a produção científica, distinto do lugar da produção política:

Daí a se concluir que existia uma vontade de assepsia em relação à política antes de 1964, há uma grande distância. Em primeiro lugar, muitos sociólogos paulistas que fizeram carreira nos anos 45-55, e muitos dos que a iniciaram no final da década de 50, na esteira dos primeiros, conheceram a militância política: Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Aziz Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz faziam parte dos grupos trotskistas, socialistas e da esquerda democrática. Fernando Henrique Cardoso foi simpatizante do PCB. (PÉCAUT, 1990: 213)

A partir de 1957, as referências teóricas de parte dos acadêmicos da USP começam a sofrer algumas mudanças relacionadas à formação do grupo denominado *Seminário de Marx*, composto por Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Ruy Fausto, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Francisco Correa Weffort, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, José Arthur Giannotti, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Novais, entre outros auxiliares de ensino e estudantes da USP. O grupo se reuniu freqüentemente durante quase uma década para estudar as obras de Marx (especialmente *O Capital*) e de outros autores da tradição marxista. Daí, surgiram, pela primeira vez nessa universidade, cursos sobre o marxismo (ministrados por Cardoso e Ianni) e interpretações fundamentadas nos paradigmas marxistas (Cf. SORJ, 2001: 16-21). Até então, Marx era estudado apenas de forma difusa, como um autor clássico do pensamento sociológico, não como o criador da concepção materialista da história (Cf. FREDERICO, 1995: 209-211).

A mudança de referência teórica não afetou a vontade de rigor científico, pelo contrário, na apropriação dos paradigmas marxistas houve a preocupação de isolar os elementos ditos ideológicos e constituir um modelo puramente científico (Cf. PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 135). Isso favoreceu, entre outras coisas, o surgimento de uma produção acadêmica a respeito da classe operária brasileira, geralmente carregada com as palavras “ciência” e “científico” (Cf. HALL; PINHEIRO, 1985: 96); e a constituição de uma linguagem comum entre os referidos acadêmicos da USP, outros intelectuais e militantes da esquerda.

Ainda, é importante notar que esse é um momento em que as questões econômicas se tornaram indispensáveis às análises sociais e políticas, estando presentes em todos os modelos interpretativos (inclusive em grande parte de sua produção acadêmica) (Cf. PÉCAUT, 1990: 224-225). Isso se deve a um conjunto de variáveis, na qual participam a difusão do marxismo e a expectativa de modernização do país.

Em suma, esses acadêmicos –que serão responsáveis pela primeira produção acadêmica brasileira sobre a classe operária–, a partir de um lugar próprio de produção, gradativamente construíram práticas e discursos que se pretendiam científicos, racionais e universais; sua produção estava identificada com os anseios de seu público leitor, composto principalmente por seus próprios pares acadêmicos. Por volta de 1960, passaram a utilizar-se dos paradigmas marxistas para fundamentar suas interpretações, predominantemente preocupadas com questões socioeconômicas, o que favoreceu sua inserção nos debates da esquerda nacional.

Em uma perspectiva adversa, estavam os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como, por exemplo, Helio Jaguaribe, Ewaldo Correia Lima, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos, Candido Mendes de Almeida e Alberto Guerreiro Ramos; este último, abertamente “ridicularizava os membros da USP que pretendiam fazer uma ciência neutra” (PÉCAUT, 1990: 212).

O ISEB, sediado no Rio de Janeiro, fundado em 14 de abril de 1955 e extinto a 13 de abril de 1964, vinculado ao Estado e com a função de assessorá-lo, “foi a instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de um país” (TOLEDO, 2005: 11). Durante sua existência, o Instituto arregimentou uma pluralidade de concepções político-ideológicas (comunismo, liberalismo, integralismo, nacionalismo, etc.) e teórico-metodológicas (marxismo, existencialismo, historicismo, culturalismo, etc.) –o que favoreceu as cisões internas e a “lenidade científica” (em comparação as práticas presentes entre os acadêmicos da USP).⁴ Entretanto, é possível identificar uma “ideologia-síntese”:

O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido como essa

⁴ Para mais detalhes a respeito do vínculo com o Estado e as funções do ISEB, bem como a respeito da pluralidade de concepções, as “fases” de sua existência e as cisões internas, ver: TOLEDO, 1997: 41-43, 203-2010, passim.

ideologia-síntese capaz de levar o país –através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista– à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. (TOLEDO: 2005: 11)

Neste sentido, o programa da instituição –associado às expectativas de modernização do país– se propunha a “contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares” (KONDER, 2003: 363). Isto é, em lugar da produção científica, a produção ideológica e em lugar dos pares acadêmicos, as massas populares. Caio Navarro de Toledo explica a relação entre ciência e ideologia na concepção *isebiana*, da seguinte forma:

O projeto ideológico se instaura –justificando-se este na medida em que é *autêntico* (ou verdadeiro, na axiologia *isebiana*)– como critério decisivo da prática científica, orientando-a. As ciências sociais, em particular, deixam de encontrar em si próprias seus fundamentos teóricos para receberem-nos, generosamente, da prática ideológica (do desenvolvimento).

Como a esta ideologia autêntica são conferidos os padrões de veracidade e de objetividade, as distinções entre ciência e ideologia entram freqüentemente em colapso; e, na medida em que é investida do caráter de *práxis*, privilegia-se sempre a segunda: além de suas funções teóricas, a ideologia desempenha também funções práticas bem precisas: impulsionar, promover, racionalizar o processo de industrialização, o desenvolvimento, a emancipação nacional. (TOLEDO, 1997: 196)

Para os intelectuais do ISEB, os critérios científicos –tão caros aos acadêmicos da USP– só possuem veracidade e significado prático quando associados a uma ideologia, no caso, o nacional-desenvolvimentismo. Em relação à postura perante a sociedade, Daniel Pécaut assinala que os intelectuais do ISEB:

Lançaram uma ponte entre os pensadores de 1930 e os intelectuais engajados modernos. Dos primeiros, assimilaram a nostalgia da unidade social; dos segundos, a convicção de que as marcas da condição social particular dos intelectuais devem ser apagadas na solidariedade com as classes fundamentais. [...] Ao *status* de elite dirigente, que conseguiram colocando-se na posição do poder, acrescentaram o de elite esclarecida, porta-voz do povo. (PÉCAUT, 1990: 140-141)

Sob a direção de Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, na década de 1960, ocorreu uma revisão crítica do nacional-desenvolvimentismo, pois:

Decorridos os cinco anos do governo desenvolvimentista de JK, verificou-se que o país cresceu economicamente –com a consolidação do capitalismo industrial–, mas não resolveu em profundidade suas graves e históricas desigualdades sociais e regionais. (TOLEDO, 2005: 11)

Daí, grande parte dos intelectuais do ISEB aderem aos paradigmas

marxistas (Cf. PÉCAUT, 1990: 141), passam a lutar pelas reformas institucionais (agrária, bancária, universitária, etc.) reivindicadas por setores da esquerda e a apoiar o governo João Goulart –visto com desconfiança por alguns acadêmicos da USP. Em suma, ocorre a “esquerdização” do Instituto, especialmente nos últimos anos do governo Goulart (Cf. TOLEDO, 1997: 209-210).

De modo geral, entendemos que os intelectuais do ISEB tinham a intenção (e o poder) de intervir diretamente no campo político nacional. Consideravam-se uma espécie de vanguarda consciente, comprometidos com os interesses das “massas” nacionais. Esses interesses, na concepção do Instituto, eram os desenvolvimentos econômico, social e cultural do país e sua independência em relação aos países “centrais”, principalmente Estados Unidos; e seriam concretizados por meio da ação (muitas vezes autoritária) do Estado brasileiro.

Segundo Bernardo Sorj, a diferença fundamental entre as produções *isebiana* e *uspiana*, está no tipo de produção:

É importante notar que o confronto entre o ISEB e a USP não se dava em torno de projetos societários diferentes, mas de estilos de trabalho intelectual: ensaísmo vs. rigor científico, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critérios de avaliação universal. (SORJ, 2001: 25)

Ambos se interessavam pelo desenvolvimento socioeconômico do país e, a partir de um determinado momento, se apropriaram do marxismo para fundamentar suas posições e interpretações. Os referidos acadêmicos da USP construíram um discurso de caráter científico (hermético) e universal, enquanto os intelectuais do ISEB construíram um discurso de caráter popular (ordinário) e nacionalista.

Próximos à ideologia do ISEB e distantes do cientificismo da USP, estavam os esquemas do PCB. Após a divulgação, em fevereiro de 1956, do relatório que denunciava os crimes de Stalin, o PCB passou por uma conturbada reavaliação de sua postura e de seu diagnóstico a respeito do país (Cf. SEGATTO, 1981: 75-110), concluindo em setembro de 1960, que:

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas [...] A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta

contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas [...] Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: - A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos. - A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe. - o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura. - A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo. - A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas [...] A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais - a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais - entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente. (PCB, 1960 apud SEGATTO, 1981: 86-87)

Em outras palavras, os intelectuais do PCB entendem que a revolução que levará ao comunismo ocorre por etapas, que o Brasil se encontra em uma etapa “pré-industrial” (feudal), não sendo possível a implantação imediata do comunismo. Antes, será necessária a formação de uma frente ampla classista (burgueses nacionalistas, camponeses e operários), com a intenção de impor o desenvolvimento industrial, a democratização e a independência econômica e política do país em relação ao imperialismo norte-americano.

Em relação à sociedade, os intelectuais do PCB se colocam na posição de vanguarda, que faz a mediação entre a “consciência atual das massas” e a “consciência esclarecida”, fundamental para o ingresso na sociedade comunista:

Os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. (PCB, 1958 apud PÉCAUT, 1990: 147)

Do mesmo modo que a ideologia do ISEB, os esquemas modelares do PCB, em nada agradavam os referidos intelectuais da USP, participantes do *Seminário de Marx*, como assinala Pécaut:

De fato, desde a época do Seminário sobre Marx, a teorização tem significado indireto de um posicionamento político, pelo menos em relação à esquerda tradicional. Não questiona apenas o idealismo da ideologia do ISEB, mas também todos os esquemas propostos pelo PCB. Faz tabula rasa da concepção das etapas sucessivas da revolução burguesa e da coexistência entre feudalismo e o capitalismo, da posição da burguesia nacional e da oposição nação-antinação. Mantém-se à distância das esperanças depositadas em Goulart e da confiança nas “massas populares”. (PÉCAUT, 1990: 220-221)

Desses três grupos socioculturais (intelectuais da USP, do ISEB e do PCB), emergem representações de mundo, discursos e práticas distintas. Nesse sentido, o marxismo é apropriado de acordo com cada representação de mundo; para parte dos acadêmicos da USP, como modelo de interpretação científica (racional e universal); para os intelectuais do ISEB, como ideologia que investe as práticas políticas e a produção científica de veracidade e objetividade; e, finalmente, para os intelectuais do PCB como uma espécie de método de diagnose, prescrição e prognose da revolução comunista brasileira. Se existe algo de comum entre eles, é o interesse pelo desenvolvimento socioeconômico do país.

Com o golpe cívico-militar de 1964, que encetou uma sucessão de medidas repressivas contra o Congresso, os sindicatos, os partidos, as universidades, etc., encerrando as vias democráticas de transformação política e social, especialmente com o Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968; os intelectuais brasileiros em geral adquiriram um adversário em comum e constituíram “uma espécie de partido, sem contornos precisos e sem aparelho, mas incumbido da defesa das liberdades democráticas” (Ibidem: 256), com isso pretendiam antes de tudo influenciar seu meio e fortalecer seu próprio grupo sociocultural.

Nos anos posteriores ao golpe, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo e os esquemas do PCB são sucessivamente invalidados pelas análises acadêmicas. Pois, com raras exceções, os acadêmicos entendem que os “operários não estão se transformando em ator coletivo, mas sim condenados a oscilar entre as reivindicações atomizadas e a dependência em relação ao poder” (Ibidem: 235); as classes médias “fazem mais do que nunca o papel de um aglomerado de grupos sem consistência, atirados de uma posição à outra ao sabor das conjunturas” (Ibidem: 235); e a burguesia nacional é questionada em relação aos seus verdadeiros interesses e, até mesmo, em relação a sua existência. Esse é um momento de “crise interpretativa”, os intelectuais brasileiros não encontram um modelo universal que de conta de explicar a realidade brasileira. Surgem diversas análises fragmentadas, provisórias, economicistas, mais preocupadas em invalidar os antigos esquemas, do que propor outro modelo interpretativo (Cf. Ibidem: 231-242).

No final da década de 1960, emerge um modelo de interpretação –

cunhado principalmente por acadêmicos da USP– que é agradável ou se impõe à grande parte dos intelectuais brasileiros e busca relacionar a estrutura econômica nacional, com a estrutura econômica internacional e com a organização social e política de cada país. Esse modelo interpretativo é primeiramente delineado no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicado em 1969; posteriormente, outros textos avançam no mesmo sentido, como o artigo *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil*, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, divulgado em 1970; e o livro *Introdução a América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*, de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Correa Weffort, publicado em 1971 (Cf. SORJ, 2001: 23 e PÉCAUT, 1990: 229-230, 239-240).

Em linhas gerais, esse modelo interpretativo entende que o subdesenvolvimento de um país se constitui historicamente, ou seja, quando ocorre a expansão do capitalismo internacional nos diferentes países –com diferentes sistemas de produção–, cada país passa a ocupar uma determinada posição dentro da estrutura econômica internacional. Isso significa que não existe simplesmente uma diferença de etapas de desenvolvimento capitalista entre um país e outro –como propõe os esquemas do PCB–, mas uma diferença de posição dentro de uma estrutura econômica internacional constituída historicamente (Cf. CARDOSO; FALETTTO, 2004: 37-43).

Como o objetivo desse modelo interpretativo

[...] é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política. (Ibidem: 36)

Nos países subdesenvolvidos ou dependentes o Estado, por um lado, “ocupa uma posição-chave no processo de implantar e interiorizar a relação com as economias centrais” (PÉCAUT, 1990: 239). Por isso, tende a ter caráter de “empresa”, que busca explorar um determinado ramo de negócio de acordo com as necessidades do mercado internacional. Por outro lado,

[...] o Estado possui uma autonomia em relação às classes sociais,

preenchendo “funções mais amplas do que a de instituição jurídica ou expressão política das classes organizadas: funciona como a própria organização política das classes”. A “dependência” pesa, portanto, diretamente na “estrutura” e na “organização de classes”. (Ibid.: 239-240)

Neste sentido, as classes sociais nos países subdesenvolvidos já não estão em formação, como se existisse um retardo em relação às classes das sociedades desenvolvidas, mas tendem a ser classes desarticuladas e divididas (Cf. Ibid.: 240), contudo:

O Estado nacional, inclusive nos países dependentes, tem um espaço de liberdade, em particular em momentos de crise ou inflexão do sistema capitalista. Embora a estrutura de classes interna interiorize as relações de dependência, a dinâmica política de cada país será definitivamente a responsável pela orientação que cada sociedade segue em situações históricas concretas. (SORJ, 2001: 23)

Em suma, os textos fundamentados nesse modelo interpretativo questionam a noção de desenvolvimento capitalista por etapa e a noção de que os países “centrais” determinam o desenvolvimento capitalista mundial, elementos presentes na perspectiva de grande parte da esquerda brasileira da época. Afirmam que a análise da estrutura socioeconômica deve ser somada à análise da organização e da ação do Estado e das classes sociais, para que se possa compreender a realidade brasileira. Isto é, avançam cada vez mais no sentido de salvaguardar a autonomia da esfera política, a importância das análises conjunturais e de reconhecer o papel dos atores políticos, desprezando as análises puramente economicistas e estruturais.

Com essa perspectiva, em 1969, foi fundado em São Paulo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Esse Centro foi fundamental para a manutenção da produção intelectual, após o acirramento da repressão às universidades. Grande parte de seus membros eram acadêmicos da USP, cassados pelo regime militar, sua sobrevivência se deve ao financiamento da Fundação Ford e dos vínculos estratégicos que seus membros possuíam com setores liberais do empresariado e da classe política. Integraram o grupo de pesquisadores permanentes do Centro: Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins, Vinicius Caldeira Brandt e José Serra; ainda, dezenas de outros pesquisadores, especialmente Francisco Correa Weffort e Boris Fausto, participaram como membros “interinos” (Cf.

SORJ, 2001: 30-35).

Segundo Pécaut, esse é o momento onde o “intelectual propõe uma interpretação do fenômeno social, mas já não tem o domínio da representação da sociedade, nem a capacidade de sugerir um esquema de prática política” (PÉCAUT, 1990: 240). Isto é, o intelectual brasileiro já não se posiciona como vanguarda esclarecida ou porta-voz do povo, mas como um privilegiado capaz de interpretar e criticar a realidade e, conseqüentemente, escapar das limitações sofridas por outros grupos socioculturais. “A liberdade e a autonomia dos intelectuais variam inversamente em função da intensidade das falhas dos atores sociais, o que explica o entusiasmo da vida e dos debates intelectuais durante esse período” (Ibidem: 241), bem como, a já referida “constituição do partido intelectual”.

Foi nessa atmosfera e por meio dos acadêmicos da USP –posteriormente do CEBRAP– que surgiram os primeiros estudos de caráter acadêmico a respeito da classe operária brasileira. É importante notar que, na década de 1960, ocorreu um *boom* no volume de publicações a respeito do tema, produzidas por editoras brasileiras, como indica Edgar Salvadori De Decca:

O movimento editorial dos últimos anos representa uma das características novas desse momento [pós-64] que, além de publicar teses oriundas das universidades sobre a classe operária, abriu canais de divulgação de memórias ou mesmo de trabalhos historiográficos de antigos militantes operários. (DE DECCA, 1981: 36-37)

Esta afirmação de De Decca coincide com os números da pesquisa bibliográfica elaborada em 1974, por Leôncio Martins Rodrigues e Fábio Antônio Munhoz, sobre os trabalhos de natureza sociológica e histórica (excluindo trabalhos de natureza jurídica e político-partidária), que versam sobre os seguintes assuntos relacionados à classe operária: História do sindicalismo e formação do proletariado, atitudes e orientações de grupos de trabalhadores, sindicalismo e movimento operário, greves e conflitos industriais e ideologias e doutrinas. Nessa pesquisa bibliográfica, constam ao todo 36 livros, dos quais 23 foram publicados inclusive e a partir de 1964. Em cerca de dez anos –entre 1964 e a elaboração da referida pesquisa bibliográfica, em 1974– foram editados 63,8% dos livros catalogados pelos pesquisadores, representando um aumento significativo nas publicações relacionadas ao tema classe operária após 1964 (Cf. RODRIGUES; MUNHOZ, 1974: 151-171).

Esses dados parecem confirmar o maior interesse das editoras em publicar

livros a respeito da classe operária brasileira, após o golpe cívico-militar. Ainda, para entendermos o referido *boom*, devemos considerar dois fatores, a saber: O aumento global na publicação de livros, que passa de 52 milhões, em 1964, para 189 milhões, em 1967 (Cf. PÉCAUT, 1990: 203); e “apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (SCHWARZ, 1978 apud PÉCAUT, 1990: 202), o que favorece o interesse pelo tema classe operária. A afirmação dessa “hegemonia” da esquerda –pelo menos entre grupos eruditos– parte de alguns indícios como, por exemplo, o sucesso e a popularidade do Tropicalismo e do Cinema Novo, a propagação do marxismo universitário, ou, ainda:

Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. (SCHWARZ, 1978 apud PÉCAUT, 1990: 202)

No caso dos acadêmicos da USP, o marxismo pareceu impulsionar as pesquisas sobre a classe operária brasileira. Contudo, como já referido, os paradigmas marxistas, presentes na produção sociológica a respeito da classe operária, foram “depurados”. Isto é, devido à vontade de rigor científico presente no meio *uspiano*, os acadêmicos “procuravam isolar os elementos ditos ideológicos, presentes na formulação marxista” (PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 135) como, por exemplo, a noção de uma produção científica voltada para a revolução proletária. Houve uma recuperação do conceito de transição de “sociedades tradicionais” para “sociedades modernas”, presente na tipologia weberiana. Ainda, ocorreu “a absorção dos instrumentos de análise da sociologia industrial americana” (Ibidem: 135), o resultado teórico-metodológico dessa absorção, pode ser entendido da seguinte forma:

A ênfase deve ser na compreensão das relações de trabalho, dentro da matriz da organização da empresa e da estrutura social, vistas uma e outra como fenômenos em transformação. É este o modo de se colocar a problemática da sociologia nesse campo: com a perspectiva da sociedade em mudança, onde empresa, sindicato e pequenos agrupamentos de trabalho se inserem. Os fenômenos no nível da microsociologia do trabalho, se assim podemos nos expressar (motivação para o trabalho, chefia, etc.), não podem ser entendidos isoladamente. A natureza dos padrões de organização da empresa precisam ser concebidos como em processo de mudança, como de fato estão. A própria sociedade de classes –e nessa a classe operária e a dos empresários industriais– acha-se em processo de constituição. (LOPES, 1964: 20)

O autor do trecho acima, Juarez Rubens Brandão Lopes, pode ser

considerado o pioneiro nas análises sociológicas da classe operária brasileira. Seus estudos, publicados sobre o título *Sociedade Industrial no Brasil*,⁵ se basearam na análise de entrevistas e dados recolhidos nas fábricas, procurando compreender como os trabalhadores brasileiros se ajustavam às relações de produção modernas. Em linhas gerais, o que o autor “encontrou não foi exatamente um operariado fabril, mas sim migrantes rurais urbanizados, com vinculação precária e instável à fábrica” (PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 135). Daí, o estudo aponta as seguintes características para a classe operária brasileira pós-30: “origem rural e ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de tradição e crenças de classe” (BATALHA, 2003: 149).

Os próximos estudos retêm a representação de classe operária brasileira, presente nos estudos de Lopes, a saber(;): desarticulada coletivamente e inadaptada (a)às condição modernas (mentalidade camponesa). Como é o caso do texto *Situação e composição social do proletariado brasileiro*⁶, de Fernando Henrique Cardoso, que busca compreender a classe operária brasileira por meio das estruturas socioeconômicas do país. Fundamentado em modelos teóricos idealizados de classe operária e de desenvolvimento capitalista (muito próximos da concepção marxista-leninista), assinala o baixo desenvolvimento industrial do país como responsável pela inconsciência política e desorganização sindical da classe operária, no período da Primeira República. No período de 1930 a 1940, a falta de liberdade sindical não favoreceu a organização operária. E, a partir dos anos 50, Cardoso –retomando a análise de Lopes– indica que o trabalhador urbano não apresentava uma mentalidade moderna (condizente com a produção industrial da época) e tradição de classe (Cf. PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 137 & BATALHA, 2003: 149).

O texto *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*⁷ de Leôncio Martins

⁵ O livro é composto pelos seguintes textos anteriormente publicados: LOPES, Juarez Rubens Brandão. Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. IN: HUTCHINSON, Bertram (org.). *Trabalho e mobilidade*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. e LOPES, Juarez Rubens Brandão. Relações industriais em duas comunidades brasileiras. *Sociologie du Travail*, n.4, p.330-344, 1961. Referência da primeira publicação do livro: LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

⁶ Referência da primeira publicação: CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. *Sociologie du Travail*, n.4, p.50-65, 1961.

⁷ Referência da primeira publicação: RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966. Ainda, é importante notar, que Rodrigues publicou outros textos sobre o tema, seguindo o mesmo modelo interpretativo, como:

Rodrigues agrega as análises anteriores e as completa. O autor divide a história da classe operária brasileira em antes e depois de 1930. No período posterior a 1930, o autor basicamente reafirma as análises de Lopes e Cardoso. No período anterior a 1930, o autor assinala que “o operariado seria de origem estrangeira, minoritário, sem participação política, com lideranças mais voltadas para a luta contra o capitalismo e a propriedade privada do que para problemas colocados pela realidade brasileira” (BATALHA, 2003: 149). Ainda, para Rodrigues, o operariado desse período apresentava uma forte aspiração por melhores condições de vida, buscando alcançá-las por quaisquer que fossem os meios, desvaloriza o trabalho fabril e a condição operária, por isso, usava o sindicato unicamente para atingir objetivos individuais e não objetivos coletivos. Essa postura resultou numa forte desarticulação da classe operária brasileira, no período da Primeira República (Cf. PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 139-140 e BATALHA, 2003: 149).

Somente com o texto *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*⁸ de José Albertino Rodrigues, o marco de 1930 –existente desde a produção intelectual da década de 1930– é questionado. O autor produz uma tipologia do movimento operário brasileiro dividindo o movimento operário em períodos: mutualista (antes de 1888), resistência (1888-1919), ajustamento (1919-1934), controle (1934-1945) e competitivo (1945-1964). O autor demonstra que os trabalhadores brasileiros foram bastante capazes de criar movimentos sociais contestatórios, entretanto foram envolvidos e massacrados pela atuação do Estado, em especial pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Entretanto, o autor reafirma a idéia de que o operariado brasileiro estava envolto em valores rurais e individualistas; fator que os torna, por um lado, incapazes de se constituir como classe operária plena e, por outro lado, economicamente e culturalmente dependentes do Estado brasileiro (Cf. PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 140-141 e BATALHA, 2003: 149).

Azis Simão, em seu texto *Sindicato e Estado*,⁹ se diferencia da produção

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitude operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970 e RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

⁸ Referência da primeira publicação: RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1967.

⁹ Referência da primeira publicação: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1981.

anterior por ser “o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo” (BATALHA, 2003: 149), utilizando como fontes, jornais e publicações do movimento operário. O autor retoma o marco de 1930; e indica que o operariado brasileiro pré-30 é capaz de constituir princípios organizativos e reivindicações econômicas, concernente às suas condições materiais de existência. Porém, suas práticas de tendência anarquista, o torna impotente no plano político-sindical, fato que se agrava profundamente no pós-30, devido à tutela do Estado (Cf. PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 142-143 e BATALHA, 2003: 149-150). Desta forma, “Azis Simão acaba com uma imagem de classe inevitavelmente subordinada a uma lógica externa às suas práticas” (PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 143).

Com exceção do trabalho de Azis Simão, essa produção parece pecar na utilização das fontes, conforme aponta o diagnóstico de alguns “brasilianistas”:

O início da classe operária brasileira e do movimento operário foi raramente estudado por acadêmicos e, com a exceção em parte do trabalho de Azis Simão, a literatura existente não foi baseada na pesquisa de jornais do movimento e de publicações do período. (GORDON; HALL; SPALDING, 1973 apud BATALHA, 2003: 150-151)

Contudo, isso não parece indicar displicência teórica ou empírica –levando em consideração a vontade de rigor científico própria aos acadêmicos da USP–, a não utilização de fontes jornalísticas está relacionada com as características da produção acadêmica da época, a saber; de compreender principalmente a estrutura socioeconômica global do país, o que não exige obrigatoriamente a utilização das referidas fontes.

Segundo Paoli, em linhas gerais, a classe operária brasileira aparece no pensamento desses acadêmicos, da seguinte forma:

[...] são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto [mundo rural para mundo urbano], tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado. (PAOLI; SADER; TELLES, 1984: 141)

Segundo Cláudio Batalha, essa produção foi responsável por introduzir e cristalizar noções como: “a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República” (BATALHA, 2003: 148). Ainda, podemos acrescentar a recuperação –com exceção do estudo de José Albertino

Rodrigues– da idéia de que 1930 foi um marco de divisão, entre uma classe operária politicamente desarticulada e outra tutelada pelo Estado brasileiro.

No início década de 1970, Francisco Correa Weffort em seus textos *Participação e Conflito: Contagem e Osasco, 1968* e *Sindicato e Política*¹⁰ leva mais adiante o modelo interpretativo de Simão, ao qualificar politicamente a classe operária como capaz de questionar a subordinação que o Estado lhe impõe. Isto é, passa a considerar a ação dos atores (dos operários), ainda que limitada pela estrutura socioeconômica brasileira. Seus questionamentos são pertinentes à ciência política, sua fundamentação teórica está intimamente ligada à teoria marxista, principalmente pelas reflexões em torno da relação entre estrutura e conjuntura (Cf. VIANNA, 1978: 14-16 e PAOLI; SADER; TELLES, 1984:146-149).

Em suma, a produção acadêmica a respeito da classe operária brasileira surge na Universidade de São Paulo, na década de 1960, em meio a um complexo ambiente sociocultural e econômico. A alternância entre a percepção de modernização e estagnação do país, a hegemonia da esquerda entre os grupos eruditos, o regime cívico-militar, a difusão dos paradigmas marxistas entre os diferentes grupos intelectuais, os debates travados por esses grupos em torno de temas como, por exemplo, o desenvolvimento industrial e a independência do Brasil em relação aos países desenvolvidos, os critérios de produção intelectual, a posição e a função dos intelectuais perante a sociedade, etc.; são algumas variáveis que contribuíram na constituição de outras práticas e representações de mundo entre os acadêmicos brasileiros e, também, em seu interesse pela classe operária como objeto de estudo.

Em um primeiro momento, a classe operária brasileira é compreendida por meio da análise da estrutura socioeconômica do país, suas práticas, consciência, condições materiais, organização, movimentos sociais, reivindicações, etc. variam de acordo com as mudanças na estrutura socioeconômica e, conseqüentemente, na “superestrutura” política. O baixo desenvolvimento industrial, ausência de uma burguesia articulada, Estado autoritário, origem rural, etc. são algumas das variáveis que, segundo essa produção, determinam a impotência e a inconsciência da classe operária

¹⁰ Referência das primeiras publicações: WEFFORT, Francisco Correa. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*. *Cadernos Cebrap*, 1971.; WEFFORT, Francisco Correa. *Sindicatos e Política*. Tese de livre-docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975.

brasileira.

Posteriormente, por volta de 1970, o modelo interpretativo da classe operária brasileira sofre um desvio, a saber: As práticas operárias ganham importância em relação às determinações estruturais, ou seja, se descobre que os operários possuem alguma consciência, constroem suas próprias práticas políticas e exercem alguma resistência em relação à dominação burguesa e possuem alguma mobilidade em relação à estrutura socioeconômica do país. Contudo, é uma classe desarticulada, dividida, e ainda incapaz de compreender a realidade do Brasil, conhecida apenas pelos intelectuais, único grupo sociocultural capaz de transcender os limites da sociedade brasileira e capaz de julgá-la a partir de critérios científicos, racionais e universais.

No decorrer da década de 1970, pesquisadores de outras universidades passam a produzir estudos a respeito da classe operária brasileira, é o caso dos intelectuais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, também, surge a primeira produção acadêmica sobre o assunto elaborada por historiadores. Isso favoreceu o surgimento de outras perspectivas de análise, que passaram a investigar especificidades da história operária, não capitadas pelos estudos anteriores. Ainda, a produção acadêmica desse período, estabeleceu como indispensáveis práticas de pesquisa de caráter “empirista”, até então pouco seguidas –uma exceção é o já referido estudo de Azis Simão. Isto é, as interpretações são ampla e rigorosamente fundamentadas em fontes jornalísticas, relatórios de empresas, arquivos de militantes, etc. (Cf. BATALHA, 2003: 151).

Os “brasilianistas” muito contribuíram para essa postura “empirista” dos pesquisadores da década de 1970. Em primeiro lugar, como já mencionado, por criticarem diretamente as pesquisas que não se fundamentaram em fontes jornalísticas. Em segundo lugar, por ajudarem na organização de arquivos, como é o caso de Michael McDonald Hall, membro do conselho diretivo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), desde 1975. E, em terceiro lugar, por produzirem textos rigorosamente fundamentados em fontes jornalísticas e arquivos pessoais, ainda que alguns desses textos estejam no campo de estudos sobre imigração, favoreceram a compreensão dos grupos socioculturais da Primeira República. Como, por exemplo, *The Origins of Mass Immigration in*

*Brazil*¹¹ de Michael McDonald Hall, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*¹² de Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*¹³ de John W. F. Dulles, entre outros.

Apesar de alguns desvios, a produção acadêmica brasileira da década de 1970 está intimamente ligada à produção acadêmica anterior, herdando algumas de suas representações e práticas, como a “tendência de julgar negativamente o movimento operário do início do século” (BATALHA, 2003: 151). Isso é perceptível nas duas obras as quais dedicaremos nossa atenção:

A primeira obra é o livro *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*¹⁴ do historiador Boris Fausto, provavelmente o segundo texto historiográfico sobre o assunto,¹⁵ teve grande repercussão entre os acadêmicos, chegando a ser considerado por Leôncio Martins Rodrigues uma obra final:

Com a publicação deste trabalho, creio que pouca coisa de importante ainda sobra para ser dita sobre o movimento operário em São Paulo e no Rio no período considerado.¹⁶

A partir dessa fala, já é possível assinalar: Em primeiro lugar, que a prática historiográfica deu conta de explicar algumas especificidades desconsideradas pela produção anterior, mas isso não significa a escassez de “coisas importantes” a serem ditas, como provou a produção acadêmica posterior. Em segundo lugar, que essa fala tem a intenção de consagrar um determinado tipo de produção a respeito da classe operária brasileira. E, finalmente, que existe uma íntima ligação entre a obra de Boris Fausto e a produção da década de 1960.

¹¹ Referência da tese: HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil*. Tese PhD, Nova Iorque, Columbia University, 1969.

¹² Referência da primeira publicação: MARAM, Sheldon Leslie. *Anarchists, immigrants, and the Brazilian labor movements: 1890-1920*. Berkeley, 1974. Referência da primeira publicação brasileira: MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1906-1917)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹³ Referência da primeira publicação: DULLES, John W. F. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin: University of Texas Press, 1973 e da sua primeira publicação brasileira: DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

¹⁴ Referência da primeira publicação: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

¹⁵ O artigo de Maria Cecília Baeta Neves, denominado Greve dos sapateiros de 1906: Notas de pesquisa, publicado pela primeira vez na *Revista de Administração de Empresas*, em junho de 1973, é, provavelmente, o primeiro estudo a respeito da classe operária da produção historiográfica brasileira.

¹⁶ Essa fala, escrita por Leôncio Martins Rodrigues, foi extraída da “orelha” do livro: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

A segunda obra é o livro *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*¹⁷ dos cientistas sociais Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, um dos frutos da pesquisa realizada no decorrer da década de 1970, por um grupo multidisciplinar da Unicamp. Essa obra, apesar de ter sido publicado na década de 1980 e dedicar mais tempo à descrição das condições de vida e das práticas operárias e seus autores estarem vinculados a Unicamp (e não a USP), possui um modelo interpretativo que está muito próximo ao utilizado por Boris Fausto.

Pois, na década de 1970, como já mencionado, o modelo interpretativo “elaborado” por alguns acadêmicos da USP se impõe definitivamente entre os intelectuais, em relação às outras formas de compreender o operariado brasileiro e seu papel social como, por exemplo, a ideologia do ISEB ou os esquemas do PCB. Esse modelo interpretativo entende que a classe operária brasileira –como outros grupos socioculturais, com exceção deles próprios– é historicamente desarticulada. Isso se deve tanto as determinações estruturais, quanto as práticas operárias. Nesse quadro, a classe operária brasileira não consegue cumprir seu papel para constituição de uma sociedade mais democrática, livre e igualitária.

De modo geral, isso é o que encontramos nas obras de Fausto e de Hardman e Leonardi. Os autores buscam relacionar as condições socioeconômicas e políticas, com as práticas operárias da Primeira República; sendo que aquelas determinam estas, permitido aos operários somente uma pequena “margem de manobra”. Nesse sentido, o Estado autoritário e excludente, o baixo desenvolvimento industrial, as condições econômicas e políticas internacionais, etc. ao mesmo tempo em que impulsionam o movimento operário, desarticulam a organização dos operários em classe consciente (ou classe *para si*, na vertente marxista-leninista). Os operários, por sua vez, não amadurecem para a luta na instância política formal (político-partidária), fator que desarticula ainda mais a organização da classe e reduz a combatividade do movimento operário, resultando em sua derrota e a manutenção do Estado autoritário.

Nesta perspectiva, é possível enxergar as raízes da desarticulação e da

¹⁷ Referência da primeira publicação: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

apatia do operariado brasileiro, seus *germens* na Primeira República; a responsabilidade por essa situação se divide entre as condições socioeconômicas do país e as próprias práticas operárias. Para ocorrer à transformação da sociedade autoritária em sociedade democrática, será necessário que os operários reconheçam a instância política formal de luta, se organizem em Partido e compreendam as condições socioeconômicas e políticas do país. Isso dificulta muito a “ação operária” e aponta para a necessidade de uma “vanguarda intelectualizada”; já que, como assinala Pécaut, em geral os intelectuais da década de 1970, entendem que somente seu grupo sociocultural é capaz de compreender precisamente a realidade do país.

Ao interpretarmos alguns trechos das obras de Fausto e de Hardman e Leonardi, podemos verificar as expectativas de futuro e como os autores enunciam um papel a ser cumprido pela classe operária brasileira. Por exemplo, a análise de Fausto busca explicar as especificidades do movimento operário da década de 1890-1920, que os modelos anteriores não explicaram. Isto é, a ação dos atores sob a estrutura, as determinações socioeconômicas ainda vigoram como forma explicativa, mas a ação da classe é colocada nos espaços dessa estrutura. Com o desenvolvimento industrial, conseqüentemente, se forma a classe operária, desencadeando o conflito entre as classes, dentro de uma estrutura socioeconômica específica. Daí, surgem as propostas para atenuar ou controlar esse conflito:

Postas em confronto as medidas tendentes a assimilar a classe operária e as tendentes a excluí-la do sistema vigente pela via da repressão, salta aos olhos que as últimas preponderam largamente. [...] os grandes industriais reforçam a técnica dos estreitos contatos com o aparelho repressivo, da organização das listas negras de indesejáveis [...]. No âmbito do Estado enquanto as tentativas de se aprovar uma legislação social desembocam em um quase total fracasso, as ações repressivas e leis da mesma natureza são a tônica dominante. (FAUSTO, 1986: 241-242)

Mas como explicar a escolha da via repressiva, ao invés de integrar efetivamente as massas a sociedade civil?

Mas por que não se tentou integrar efetivamente a grande massa à sociedade, pela via do atendimento de reivindicações corporativas? A resposta se encontra na fraqueza do próprio movimento operário de um lado, e na natureza do sistema de dominação, de outro. (FAUSTO, 1986: 241)

Segundo Fausto, no final da década de 1910, as massas populares ou, mais especificamente, o movimento operário buscou impulsionar a ampliação da

cidadania social, ou seja, a constituição de uma sociedade mais justa e democrática. Contudo, isso não ocorreu devido à estrutura socioeconômica, que favoreceu os grupos dominantes; e a incapacidade da classe operária em se organizar politicamente e cumprir seu papel de transformar a sociedade.

Hardman e Leonardi, apesar de também criticarem o movimento operário do período, por não realizar a luta na instância da política formal; atribuem mais crédito ao movimento operário do que Fausto (o que seria uma aproximação em relação à produção posterior), bem como deixam transparecer com mais clareza o papel da classe operária na constituição da sociedade futura:

Diante do movimento operário que, apesar da instabilidade organizacional própria de um proletariado ainda em formação, se fazia presente na vida social e na cena política brasileira, de forma cada vez mais intensa, como reagiram as classes dominantes e o Estado na Primeira República? Basicamente, através de forte repressão policial e jurídica, dada a própria fraqueza congênita da burguesia brasileira, incapaz de organizar politicamente sua dominação de classe fora do quadro de sistemas autoritários ou ditatoriais. Porém, além deste traço predominante, a própria pressão real do movimento operário obrigou a classe dominante a valer-se de outros recursos, para além da pura repressão. A este respeito, toda a legislação trabalhista elaborada pelo Estado na Primeira República, muito antes da era varguista, representa um ensaio geral do que seria a política sistemática do Estado em relação à “questão social” após 1930. [...] O aparecimento da legislação do trabalho refletiu, basicamente, os efeitos concretos que o ascenso do movimento operário provocava sobre a política “social” das classes dominantes. De qualquer modo, pois, “a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República, principalmente sob direção dos sindicatos anarco-sindicalistas”. Sobre este tema, um outro autor [Alberto da Rocha Barros, em *Origens e Evolução da Legislação trabalhista*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969] confirma: “As causas da legislação trabalhista e de previdência social brasileira estão, pois, nas lutas dos trabalhadores, em escala nacional e em escala internacional, pelos seus próprios interesses. Essa legislação é uma conquista, não uma concessão. Assim como o terceiro Estado não obteve os direitos que aspirava, pela concessão generosa da Nobreza e do Clero, assim também o operariado conquistou os seus direitos, não os teve como dádiva das classes dirigentes”. (HARDMAN; LEONARDI, 1982: 335-336)

Nesse trecho, Hardman e Leonardi ao se apropriarem da concepção materialista da história e da fala de Rocha, indicam que a luta da classe operária pelos seus direitos, durante a Primeira República, levou à constituição de uma legislação trabalhista. Para os autores, isso foi uma pequena conquista para a classe operária, mas parece representar um avanço dentro de uma linha de sentido em que já ocorreu a revolução burguesa, “onde o Terceiro Estado conquistou os seus direitos”; e está por ocorrer a revolução operária, na qual os

operários irão conquistar definitivamente todos os seus direitos.

Em suma, essas obras dedicam sua atenção às grandes organizações sociais de dominação e resistência –o Estado e os sindicatos–, como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade. Indicam que o Brasil, no início do século XX, possuía um baixo desenvolvimento industrial, uma vez que a base da economia residia na agro-exportação; e um Estado repressor, que não fornecia vias institucionais de representação política à classe operária. O movimento operário –onde predominava a ideologia anarco-sindicalista– reivindicava a destruição do Estado e não reconhecia a luta político-partidária, desta forma, excluía a possibilidade de uma transformação social nos moldes da concepção marxista-leninista. Ainda, essas obras carregam uma função (um papel) para a classe operária e um sentido de história, a saber: No momento em que as condições estruturais favorecerem e a classe operária estiver devidamente organizada politicamente (em sindicato e em partido), ocorrerá a transformação das relações sociais atuais e, conseqüentemente, a constituição de uma sociedade mais livre e igualitária.

Hardman e Leonardi, em relação a Fausto, avançam nas análises referentes à cultura e às práticas operárias. Entretanto, ainda estão afastados da perspectiva de análise predominante na década de 1980 e, até mesmo, da perspectiva de análise presente na obra de Hardman, *Nem pátria, nem patrão*, publicada após *História da indústria e do trabalho no Brasil*. Esta última apenas sinaliza uma mudança, ou melhor, um confronto de perspectivas, que tomará forma na década de 1980.

Daí, é possível assinalar que as representações, ou seja, a forma como os intelectuais compreendem o mundo, seu papel e posição em relação à sociedade ou o papel e a posição da classe operária, são matrizes de práticas, discursos, sentidos de história e modelos interpretativos. Esses modelos, apesar de ambicionarem a universalidade e a racionalidade, correspondem às representações de um determinado grupo sociocultural; muitas vezes em concorrência com outros grupos, por legitimidade ou por uma melhor posição na estrutura social ou no interior do campo de produção. Por exemplo, o confronto entre intelectuais da USP e do ISEB pela legitimidade de compreender a sociedade brasileira.

Ainda, é possível assinalar que as representações são constituídas

historicamente. É o que emerge nas obras aqui analisadas, seus autores ao se apropriarem de um conjunto de práticas e representações de outros grupos socioculturais como, por exemplo, dos operários brasileiros do período e dos intelectuais estrangeiros (brasilianistas), constituíram “novas” representações e passaram a conceber o mundo, eles mesmos, os outros e, até mesmo, a história de forma diferente.

Bibliografia:

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos avançados*. São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

_____. A HISTÓRIA HOJE: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 97-113, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DECCA, Edgar Salvadori De. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos*. Campinas: Unicamp, 1995, v.2.

HALL, Michael McDonald; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história operária: organização, lutas e controle. IN: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários e militantes: Arte, memória e cultura anarquista*. Campinas: Unicamp, 1985.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinqüenta. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.3, n.6, p. 129-149, set. 1984.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto, v.15, n.29, p. 9-27, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins; MUNHOZ, Fábio Antônio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.7, p.151-171, jan. fev. mar. 1974.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: LECH, 1981.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. 50 anos de fundação do Iseb. *Jornal da Unicamp*, Campinas, p. 11, 8-14 ago. 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.3, p. 9-24, 1978.

Colaboração recebida em 31/01/2009 e aprovada em 11/04/2009.